

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SALINA-BRANDÃO, Alessandra; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O Abrigo como Fator de Risco ou Proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-343, 2008.

2) Resumo e Palavras-Chave – Partindo-se de estudos referentes ao impacto da organização dos abrigos sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados, o presente trabalho objetivou: investigar as estratégias utilizadas por profissionais ao avaliarem abrigos, bem como os indicadores de qualidade que orientam essa tarefa. Participaram do estudo nove avaliadores e cinco coordenadores de abrigos. A coleta de dados deu-se por entrevistas, questionários e análise documental, sendo analisados segundo o referencial teórico da Psicopatologia do Desenvolvimento, especificamente referente aos fatores de risco e proteção. Os avaliadores utilizaram, de forma e frequência variada, a visita à entidade como estratégia avaliativa. Os indicadores de qualidade identificados, também variaram. Obteve-se baixa frequência de relatos sobre práticas educativas dos monitores e cuidados da entidade para manutenção dos vínculos familiares.

Palavras-Chave: abrigos para crianças e adolescentes; avaliação institucional; fatores de risco e proteção; rede de proteção à criança e ao adolescente.

3) Objetivo do estudo – Investigar as estratégias utilizadas por profissionais ao avaliarem abrigos, bem como os indicadores de qualidade que orientam essa tarefa. Por indicadores de qualidade entendeu-se os itens sugeridos pelo ECA (1990) para funcionamento dos abrigos, bem como as sugestões da literatura da área já descritas neste teste.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa (participaram do estudo nove avaliadores e cinco coordenadores de abrigos).

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – A coleta de dados deu-se por entrevistas, questionários e análise documental.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – As entrevistas foram transcritas e em seguida foram elaboradas categorias e subcategorias de informações.

O referencial utilizado para análise dos dados foi o campo teórico da Psicopatologia do Desenvolvimento, especificamente o conteúdo sobre fatores de risco e proteção para o desenvolvimento infantil (Maia & Williams, 2005).

8) Resultados / dados produzidos – Os avaliadores utilizaram, de forma e frequência variada, a visita à entidade como estratégia avaliativa. Os indicadores de qualidade identificados, também variaram. Obteve-se baixa frequência de relatos sobre práticas educativas dos monitores e cuidados da entidade para manutenção dos vínculos familiares. Observou-se grande variabilidade de descrições de situações nas quais ocorriam a avaliação dos abrigos, denotando que os profissionais responsáveis pelo monitoramento das entidades não realizam essa tarefa de forma integrada, apesar de alguns avaliadores mencionarem que acompanhavam o funcionamento dos abrigos com demais colegas. Sobre a frequência das avaliações, todos os avaliadores dos abrigos, exceto A4, responderam que monitoravam as entidades apenas semestralmente. Observa-se, também, grande diversidade de relato de estratégias utilizadas para avaliar o abrigo: os entrevistados citaram 16 estratégias diferentes, havendo maior concentração de respostas referentes às estratégias: visitar com/sem agendamento prévio e visitar com uma equipe de profissionais. Outro aspecto relevante é a qualidade da estratégia utilizada, ou seja, em que medida determinada forma de abordagem ao abrigo pôde contribuir para a obtenção de dados que subsidiassem intervenções necessárias. Observa-se, também, déficits referentes ao comportamento de identificar alguns indicadores de qualidade específicos e fatores de risco importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados. Esse resultado justifica a necessidade de se investir na formação continuada desses profissionais, pois, como indica os trabalhos de Davidson-Arad et al. (2003) e Ryan et al. (2006), a capacitação do avaliador do abrigo tem efeitos diretos na qualidade de vida dos abrigados.

9) Recomendações – Além da promoção de capacitação para os profissionais responsáveis pela avaliação, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas a respeito da atuação da rede de apoio à criança e ao adolescente junto aos abrigos. Atreladas às ações citadas, sugerem-se políticas que previnam o abrigamento, como, por exemplo, o cuidado às famílias que se mostram incapazes de cuidar de seus filhos, como sugerido por Williams e Aiello (2004) quando discutem o conceito de empoderamento de famílias. Com o objetivo de sinalizar algumas habilidades que poderão ser desenvolvidas em capacitações futuras para avaliadores de abrigos, segue a descrição dos fatores de proteção ilustrados nos comportamentos dos participantes desse estudo, apesar dos mesmos aparecerem com baixa frequência: visitar a entidade com alta frequência (por exemplo, “quinzenalmente”); atender aos pedidos de ajuda dos abrigos (por exemplo, quando os funcionários solicitam a presença do CT em função de brigas das crianças e adolescentes abrigados); visitar com/sem agendamento prévio; visitar com uma equipe (por exemplo, CMDCA, ministério público e CT); conversar com funcionários e população abrigada durante as visitas; pesquisar prontuários; ler processos e relatórios enviados pelo abrigo; perguntar se o abrigo precisa de ajuda; reunir-se com a equipe do abrigo;

verificar a participação dos funcionários das entidades em cursos oferecidos pela SEBES; solicitar informação por meio de técnicos do Judiciário e demais profissionais da rede de assistência aos abrigos e identificar indicadores de qualidade necessários para o funcionamento adequado das entidades.

10) Observações e destaques – Os fatores de proteção dos abrigos sinalizados pela literatura consultada são: habilidade dos funcionários dos abrigos de reconhecer os objetivos da instituição (Ali, Silveira, & Lunardelli, 2004); composição multidisciplinar da equipe de profissionais dos abrigos (Maricondi, 1997); habilidade dos funcionários de identificar a relação entre seu trabalho e dos demais funcionários da entidade (Ali et al., 2004); plano de trabalho do abrigo compatível com os princípios do ECA (1990); ausência de rotatividade dos profissionais da entidade (Maricondi, 1997; Shaw, 2006); cultura institucional que proporcione a educação continuada dos funcionários (Ali et al., 2004; Maricondi, 1997); habilidade dos profissionais para o trabalho em equipe (Ali et al., 2004); práticas diárias da instituição que proporcionem a organização da rotina dos abrigados (Ali et al., 2004; Carvalho, 1993); rotina da entidade que englobe a participação das crianças e adolescentes em atividades fora dos abrigos; estrutura física compatível com o número de abrigados (ECA, 1990); oferecimento de oportunidades para a profissionalização dos adolescentes abrigados (Carvalho, 1993); práticas educativas com objetos trazidos da casa das crianças/adolescentes; registros dos momentos vividos pelos abrigados na instituição (Prada, 2002; Weber, 2001); práticas que impeçam o desmembramento de irmãos (ECA, 1990); políticas que evitem a transferência de abrigados para outras entidades (ECA, 1990); práticas educativas positivas dos funcionários aos adolescentes abrigados (Prada, 2002; Prada & Williams, 2007); ações de preservação dos vínculos familiares ou integração com a família substituta (Maricondi, 1997; Prada, 2002) e qualidade do espaço físico (Carvalho, 1993; ECA, 1990; Prada, 2002). Além da forma da organização dos abrigos, um conjunto amplo de variáveis interfere na qualidade do serviço prestado pelas entidades, como, por exemplo, a atuação da rede de proteção à criança e ao adolescente. A rede de proteção é formada por diferentes órgãos públicos que se inter-relacionam (Carvalho, 1993; A. C. Siqueira & Dell’Aglia, 2006) e, uma de suas funções é a fiscalização dos abrigos. Segundo o artigo 95 do ECA (1990), cabe ao Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares (CT) a tarefa de fiscalização das entidades.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.